

AGROECOLOGIA *nas* ELEIÇÕES



CARTA-COMPROMISSO



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

AGROECOLOGIA nas ELEIÇÕES



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

CARTA-COMPROMISSO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA ÀS CANDIDATAS E AOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES DE 2022

Esta carta é dirigida às candidatas e aos candidatos aos poderes executivo e legislativo federal e estaduais. Ela foi elaborada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e apresenta as principais demandas referentes ao reconhecimento e ao fortalecimento da agroecologia pelo Estado brasileiro. Tais demandas estão organizadas em cinco eixos estruturantes e resultam de convergências políticas consolidadas ao longo dos 20 anos de existência da ANA, sob a inspiração de aprendizados e desafios identificados na construção da agroecologia em todo o país. Entendemos que o apoio público, irrestrito e integral a essas propostas é condição inseparável do compromisso das candidaturas com a plena restauração do Estado Democrático de Direito e com a construção de novos valores para a convivência social e ecológica. O referido compromisso implica também o reconhecimento da função do Estado no fortalecimento das representações e da expressão pública das organizações e movimentos da sociedade civil na construção da agroecologia.



Contexto

A fome e outras manifestações de insegurança alimentar e nutricional voltaram a penalizar o povo brasileiro. O 2o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), revelou que 33 milhões de pessoas vivem submetidas à fome e que mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com a insegurança alimentar em algum grau. Esse quadro resulta da permanência de elevados níveis de desemprego associados à crescente precarização das relações de trabalho, à queda contínua dos níveis de renda e à persistente inflação do preço dos alimentos.

Como explicar que uma das maiores economias do mundo é capaz de gerar uma situação na qual metade das brasileiras e dos brasileiros amanhece sem saber se terá assegurado o alimento do dia? Por que os alimentos básicos da nossa cultura alimentar estão faltando na mesa do povo brasileiro? Para as organizações, redes e movimentos sociais que compõem a ANA, estas são as perguntas mais relevantes no enfrentamento político e nos debates de propostas que estarão presentes na agenda pública nas próximas eleições. Para nós, a efetivação universal do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) deve ser o objetivo primeiro da organização econômica nacional e a prioridade das políticas de Estado.

Essa questão fundamental coloca em xeque o modelo econômico que organiza a sociedade brasileira, em particular o setor agroalimentar e as políticas públicas que o sustentam. As instituições do Estado estão crescentemente orientadas para o atendimento e a gestão de interesses privados de grandes corporações do agronegócio, da mineração, do setor energético e de latifundiários em detrimento do interesse público, aprofundando o cenário de pobreza, de má alimentação e da fome no país.

A reversão desse quadro dramático e intolerável cobra a mobilização da sociedade e o engajamento proativo das candidaturas aos poderes legislativo e executivo nas próximas eleições.

A construção da agroecologia no Brasil é protagonizada por organizações e movimentos territoriais da sociedade civil. Na contracorrente da narrativa ideológica que oculta sob o manto do “Agro é pop, Agro é tudo” os efeitos destrutivos do agronegócio sobre a sociedade, a agroecologia tem alcançado crescente reconhecimento público. A amplificação da legitimidade da agroecologia está ancorada na demonstração prática de seus múltiplos efeitos positivos sobre as esferas da produção, da distribuição e do consumo de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos.



Enraizados em seus territórios, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais desenvolvem práticas de manejo agrícola, agroextrativista e florestal que associam a conservação dos bens naturais à oferta de alimentação saudável e adequada em quantidade, qualidade e diversidade. Esses mesmos sujeitos estão ativos na construção de mercados locais, possibilitando que os alimentos produzidos cheguem à mesa de brasileiras e brasileiros a preços populares, em áreas urbanas e rurais. Merece destaque nessas iniciativas o papel de liderança assumido pelas mulheres na reestruturação dos sistemas alimentares, desde a produção e o abastecimento ao consumo.

Ao mesmo tempo em que desastrosas políticas de Estado levaram à acentuação da crise alimentar para as populações socialmente vulnerabilizadas durante a pandemia da Covid-19, iniciativas coletivas de âmbito local identificadas à agroecologia e à economia feminista e solidária demonstraram nessa conjuntura suas vitalidade e capacidade ao responderem de forma criativa às demandas emergenciais por alimentos e por alternativas de geração de renda. O reconhecimento e o fortalecimento da capacidade virtuosa das iniciativas das organizações da sociedade civil, seja no campo, nas águas, nas florestas ou nas cidades, estão no âmago da demanda social para que a agroecologia se firme como princípio orientador das políticas públicas.

Essa demanda social em âmbito nacional tem mobilizado o interesse e a cooperação de instituições de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao campo do desenvolvimento rural e também em articulação com instituições da saúde coletiva, da nutrição, do direito à cidade e outras, que direta ou indiretamente incidem na questão alimentar. No âmbito internacional, a agroecologia adquire crescente reconhecimento de instituições científicas e multilaterais, sendo apontada como alternativa necessária para a democratização dos sistemas alimentares e o enfrentamento combinado das crises alimentar, social, ecológica e climática, que prenunciam situações de ruptura e colapso das sociedades contemporâneas. Ao implementar uma estratégia de promoção da agroecologia coerente com as orientações propostas nesta carta, o Brasil estará exercendo um papel proativo na comunidade internacional ao apontar caminhos realistas para evitar a catástrofe climática, contribuindo, ao mesmo tempo, para o alcance de metas sociais e ecológicas integradas à agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a começar pelo combate à fome e à pobreza.

O endosso às propostas aqui apresentadas pressupõe o compromisso das candidaturas com a revogação de políticas, legislações e programas implementados nos últimos anos que anulam conquistas sociais duramente conquistadas a partir da Constituição de 1988. Destacamos a defesa e a efetivação dos direitos territoriais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais; a democratização do acesso à terra e aos demais bens ecológicos; a regulação ambiental; os direitos trabalhistas e previdenciários; e os serviços públicos de educação e saúde.

A viabilidade política das propostas organizadas segundo os cinco eixos estratégicos apresentados a seguir supõe igualmente a construção de um sistema de governança pública democrática que assegure a efetiva participação social desde o âmbito local ao nacional, e que articule coerentemente diferentes instituições e políticas setoriais que integram o Estado.

1 QUESTÕES AGRÁRIA E URBANA E DIREITOS TERRITORIAIS

As desigualdades no acesso aos bens naturais marcam a formação histórica do Brasil e estão entre as principais responsáveis pelas relações sociais injustas e violentas a serem enfrentadas por uma agenda política progressista. A reforma agrária popular, até hoje bloqueada e negada pelas elites econômicas, é condição inadiável para a superação estrutural do quadro de pobreza e exclusão social no mundo rural. Agravando esse quadro, os direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais vêm sendo sistematicamente violados pelo expansionismo do agronegócio e da mineração, incluídos aqui os garimpos ilegais, e de grandes projetos de infraestrutura. A exclusão de grandes contingentes de pessoas ao direito de acesso aos bens naturais, inclusive pelos processos de privatização da água e da biodiversidade, é a contraface do padrão de ocupação do território que beneficia agentes econômicos predatórios, diretamente responsáveis pela destruição dos biomas e dos modos e meios de vida de seus habitantes.



Diante dessa realidade, parcela expressiva da população rural foi obrigada a migrar, transferindo para as periferias das cidades as marcas das desigualdades, da exclusão e da violência que sempre estruturaram a sociedade brasileira. A implementação de políticas efetivas de demarcação e garantia dos territórios tradicionalmente ocupados, a regulação pública do meio ambiente e a reforma urbana com a garantia do direito à cidade à população periférica cobram dos novos gestores públicos e legisladores o comprometimento com a reversão dos processos de desmonte institucional em curso nessas áreas, para que o Estado brasileiro assuma efetivamente sua responsabilidade como agente político de democratização da terra e dos territórios.

2 ENFRENTAMENTO DA FOME E PROMOÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A volta e o sucessivo agravamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional demandam das candidaturas o compromisso com a instituição de programas e políticas voltados à superação imediata dessa tragédia humanitária. Ao mesmo tempo em que enfrenta em caráter emergencial esse quadro, a ação pública deve se mobilizar para eliminar as raízes estruturais responsáveis pela reprodução das condições de pobreza e da fome. Além do equacionamento da questão fundiária nos meios rural e urbano, as iniciativas do Estado devem canalizar recursos públicos por meio de ação intersetorial voltada para a ampliação e a potencialização da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais como produtores e provedores de alimentos saudáveis e diversificados. O reconhecimento dessa vo-

cação implica a reversão do apoio financeiro, político e ideológico, historicamente concedido de forma incondicional ao agronegócio. Implica também na destinação prioritária dos orçamentos e do apoio político do Estado ao desenvolvimento de sistemas descentralizados de produção e abastecimento alimentar ajustados às peculiaridades dos biomas e que atendam às expectativas da população por alimentos saudáveis e adequados a preços acessíveis.

O Brasil é portador de experiência singular e internacionalmente reconhecida devido a instituição de políticas exitosas de combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional. Esse legado institucional deve ser recuperado e aprimorado na agenda dos novos mandatos, reconhecendo a efetividade do papel das organizações da sociedade civil na regulação democrática dos sistemas alimentares. No que tange à produção, cabe retomar e aperfeiçoar políticas de financiamento que assegurem à produção de base agroecológica uma elevada autonomia com relação ao sistema financeiro e às empresas fornecedoras de insumos e serviços. Programas de fomento com recursos não reembolsáveis devem ser implementados para dar suporte à estruturação dos estabelecimentos de produção agroecológica, a exemplo dos bem-sucedidos programas de apoio a quintais produtivos, à implementação de infraestruturas hídricas de uso familiar ou comunitário e à criação das casas e dos bancos comunitários de sementes crioulas. Devem ser retomadas e redefinidas, a partir de um enfoque agroecológico, as políticas de assistência técnica e extensão rural, reconhecendo a importância de prestadores de serviços públicos não governamentais. Finalmente, cabe ressaltar a importância de medidas voltadas à permanência e à ampliação das agriculturas urbanas produtoras de alimentos saudáveis nas cidades.

Diante do crescente controle de corporações empresariais na esfera da distribuição e acesso aos alimentos, deve ser assegurada e intensificada a ação do Estado por meio de variados programas e políticas, a exemplo da transferência de renda, das compras institucionais da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), dos programas de preços mínimos e estoques reguladores, do apoio à constituição de feiras e outros circuitos curtos de comercialização da produção, restaurantes coletivos e outros equipamentos públicos de abastecimento alimentar. Do lado do consumo, o Estado deve ser ativo na divulgação de campanhas educativas de incentivo à alimentação saudável, na regulação da propaganda da comida ultraprocessada e na rotulagem dos alimentos segundo o grau de processamento e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde humana, como os transgênicos e os agrotóxicos. O conjunto de medidas vinculadas à promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional deve ser concebido e implementado pelas candidaturas em consonância com o princípio constitucional que reza que o Estado deve assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

3 CIÊNCIA CRÍTICA E CIDADÃ, EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA

A construção do conhecimento agroecológico é pautada pelo diálogo entre saberes populares e científicos, garantindo aos sujeitos nos territórios o respeito às diversas formas de promover ciência e educação. É preciso garantir investimentos na educação pública de forma

a superar as desigualdades sociais, raciais e territoriais, estruturando Escolas do e no Campo, Escolas da Família Agrícola e de educação contextualizada e fortalecendo e ampliando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). O fortalecimento da ciência cidadã para o desenvolvimento tecnológico e para a construção do conhecimento agroecológico são imprescindíveis para o desenvolvimento de sistemas alimentares justos e saudáveis, baseados na produção de base familiar e comunitária e em métodos de produção, distribuição e consumo ecologicamente sustentáveis. É de fundamental importância estruturar e manter novos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA) nas universidades públicas e institutos federais. É imperativo ampliar o investimento e fortalecer institutos e empresas públicas de pesquisa, institucionalizando a agroecologia como enfoque para o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da Embrapa e de outras instituições públicas de pesquisa agrícola. Da mesma forma, deve-se assegurar que órgãos de fomento à pesquisa, como CNPq e Finep, mantenham financiamentos sistemáticos ao desenvolvimento da agroecologia, de forma a combater os grandes desafios impostos pelas crises econômica, social, ambiental e climática. O fomento à cultura popular, principalmente às iniciativas desenvolvidas em zonas rurais e periferias urbanas, deve ser garantido com a ampliação dos recursos e facilitação do acesso às leis de incentivo (Lei Rouanet, Lei Aldir Blanc etc.) para agricultoras/es familiares e povos e comunidades tradicionais, estabelecendo prioridade para mulheres, juventudes e as populações negras e indígenas. O fortalecimento da rede de Pontos de Cultura, Pontos de Economia Solidária e outros equipamentos de promoção da cultura popular é central na valorização do povo brasileiro em toda a sua diversidade. A construção do conhecimento também pressupõe a demo-

cratização dos meios de comunicação, com fomento às estações comunitárias de televisão e rádio, universalização do acesso à internet, com proteção aos dados dos usuários, e garantia da liberdade de expressão e de acesso à informação.

4 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E CONTROLE SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A participação democrática na gestão das políticas públicas é condição indispensável para que a agroecologia se firme como perspectiva de organização social, política, técnica e econômica dos sistemas alimentares. A existência e o pleno funcionamento de instâncias de participação e controle social, como conselhos, conferências e audiências públicas, são fundamentais para que o direito à participação cidadã seja assegurado e para que as políticas públicas de fato expressem as demandas da sociedade em toda sua diversidade. Nesse sentido, a retomada e o aperfeiçoamento dos espaços de participação social na elaboração e controle de políticas públicas são medidas necessárias para que a gestão pública seja democratizada, de forma que representações coletivas sejam ouvidas, suas demandas consideradas e políticas públicas sejam construídas a partir do diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Dentre os espaços imprescindíveis para o avanço da agenda da agroecologia em âmbito federal, extintos ou inviabilizados pelo atual governo, destacam-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf).

É fundamental ainda que sujeitos historicamente excluídos de participação social e política, como as mulheres, as/os negras/os, as juventudes e os povos e comunidades tradicionais, tenham seus direitos reconhecidos e assegurados pelo Estado, com políticas inclusivas e espaços específicos de organização e debate, com a retomada de espaços como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CDM), o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e das Florestas e o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Entre os anos de 2003 e 2015, a sociedade brasileira vivenciou processos ativos de construção e execução compartilhadas de políticas e programas públicos entre organizações da sociedade civil e o Estado. Essas iniciativas demonstraram as virtudes da gestão democrática do Estado, inclusive na execução direta das políticas públicas. Dentre os exemplos nesse sentido a serem resgatados e aperfeiçoados, cabe destacar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra, Duas Águas (P1+2), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Ecoforte de apoio a redes territoriais de agroecologia e as políticas de produção e distribuição de cestas básicas com alimentos de base agroecológica. O compromisso com o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação social implica também a plena efetivação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que aperfeiçoa e regula as relações de cooperação entre o Estado e a sociedade civil organizada, notadamente no que tange à transferência e o uso dos recursos públicos.



5 PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E RACIAL E SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO

A estruturação de sistemas alimentares justos e sustentáveis segundo a perspectiva agroecológica é incompatível com o machismo, o racismo, a LGBTQIA+fobia e com os métodos colonialistas negadores de saberes e práticas populares. Para que possamos viver em uma sociedade com igualdade, liberdade, justiça e paz é fundamental que todos os sujeitos tenham espaço de fala, direito de ir e vir, sejam tratados com iguais condições de acesso e possam viver em um mundo sem violência. A violência no campo e nas cidades atinge níveis alarmantes, fruto de modelos de desenvolvimento que expropriam comunidades de seus territórios e aprofundam desigualdades, principalmente no que diz respeito a mulheres e à juventude negra. Para superar essas situações de violência, é preciso que o Estado garanta os direitos previstos pela Constituição Federal para condições de vida plena, com políticas de inclusão afirmativas que possibilitem que séculos de exclusão social sejam corrigidos. A defesa da agroecologia nos territórios pressupõe a implementação de políticas estruturantes de trabalho, renda, acesso à terra, à água e à moradia que possibilitem a garantia de autonomia social, política e econômica para todas/os, no campo, nas águas, nas florestas e nas cidades.

A agroecologia deve ser construída de forma a mitigar as desigualdades sociais, garantindo programas de apoio à organização social e produtiva das mulheres rurais, assistência técnica específica e políticas de fomento para casa, terreiro e quintal. Políticas de enfrentamento a todas as formas de violência, em especial àquelas sofridas por mulheres, negras/os, indígenas, quilombolas e todos os povos tradicionais, são fundamentais para a garantia da vida. O respeito aos modos de vida de povos e comunidades tradicionais, em especial a garantia de acesso a seus territórios, a defesa de seu direito à consulta prévia livre e informada e a valorização e o reconhecimento de seus saberes e formas de apreender o mundo, é condição inegociável para as decisões sobre o desenvolvimento do país. Para isso, é preciso a retomada e a reestruturação de instâncias e órgãos governamentais que atuem com foco no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e a outras formas de violência institucional, como a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), com uma área com atenção específica dedicada à realidade das mulheres do campo, das águas e das florestas, assim como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Funai e a Fundação Palmares. Garantir orçamento e políticas afirmativas por igualdade, inclusão e justiça social é o primeiro passo para a reparação histórica necessária em nosso país.



CANDIDATA/O COMPROMETIDA/O COM A AGROECOLOGIA BRASILEIRA CARTA-COMPROMISSO

Eu, _____, candidata/o ao cargo público de _____ no Estado de _____ comprometo-me a, caso eleita/o, trabalhar em diálogo com a sociedade civil para tornar efetivas as proposições apresentadas no documento “**Carta-Compromisso da Articulação Nacional de Agroecologia às Candidatas e aos Candidatos às Eleições de 2022**”. Assim sendo, assino a presente Carta-Compromisso.

Nome da/o candidata/o

Partido

Assinatura

Local e data



COMO ENVIAR A CARTA-COMPROMISSO ASSINADA

Após a assinatura da Carta Compromisso pela/o candidata/o, é preciso cadastrá-la na plataforma **Agroecologia em Rede (AeR)**. Para fazer isso, siga os passos abaixo:

1. Acesse o site da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) www.agroecologia.org.br e clique no espaço vermelho com o título “**AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES**”.
2. Clique no botão “**CADASTRE A CARTA-COMPROMISSO AQUI**”. Você será redirecionada/o para a plataforma Colheita do Agroecologia em Rede (AeR).
3. Do lado esquerdo da tela do site do AeR, haverá um campo “**CADASTRAR:**” e, logo abaixo, um botão chamado “**Carta-Compromisso**”. Clique no botão.
4. Preencha o formulário com atenção e, no final, anexe a Carta Compromisso assinada. Você pode anexar tanto no **formato PDF** quanto no **formato de imagem**, como uma foto da Carta assinada.
5. Clique em “**Finalizar**” e aguarde a mensagem confirmando que o do cadastro foi realizado com sucesso.

Qualquer dúvida, não hesite em nos contatar pelo e-mail secretaria.ana@agroecologia.org.br